

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.483 - SP (2020/0258432-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CLARO S.A
ADVOGADOS : ARNOLDO DE FREITAS JUNIOR - SP161403
MELINA SOARES RODRIGUES - SP232671
CAIQUE ADALBERTO MARONE LOPES - SP431830
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SAO CAETANO DO SUL
PROCURADOR : ALEXANDRE DA SILVA HENRIQUE - SP258615

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por CLARO S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL MULTAS DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO BASE (ERB) ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE EMBASOU A IMPOSIÇÃO DAS RESPECTIVAS AUTUAÇÕES INADMISSIBILIDADE COMPETÊNCIA MUNICIPAL EXISTENTE PARA DISCIPLINAR ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL E PROMOVER O ADEQUADO ORDENAMENTO TERRITORIAL NOS TERMOS DO ARTIGO 30 I E VII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DETERMINAÇÃO DA NORMATIZAÇÃO DAS POSTURAS MUNICIPAIS PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE TORRES E ANTENAS CONSTANTE DA PRÓPRIA LEI FEDERAL N 947297 INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO REFORMA DA SENTENÇA RECURSO PROVIDO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação dos arts. 2º da Lei n. 9.472/97; 1º da Lei n. 8.919/94; e 4º e 8º da Lei n. 13.116/15, no que concerne à regularidade da instalação das torres de telefonia, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No que importa ao presente recurso especial, não se nega a necessidade da instalação das estações rádio base se sujeitarem às disposições urbanísticas municipais. No entanto, inexistente dúvida também quanto ao fato de que ditas normas municipais deverão

atender aos parâmetros de razoabilidade e da proporcionalidade e jamais poderão ser fonte de impedimento à aplicação de normas regulamentares editadas na órbita federal, assim como menos ainda poderão se constituir em obstáculo intransponível à produção de efeitos de atos regularmente expedidos naquela mesma esfera de Poder.

Em suma, não poderá qualquer Município, a título de fixar dito regramento, erigir óbices que repercutam, de qualquer maneira, na disciplina de matérias outras, que não são de sua competência e, sobretudo, já realizadas nas esferas estadual ou federal (fls. 622).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial, uma vez que a tese recursal apresenta conflito entre lei federal e lei local, o que evidencia o caráter eminentemente constitucional da demanda.

Nesse sentido, já se decidiu que, “nos termos do art. 102, II, 'd', da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que assentar válida lei local contestada em face de lei federal” (REsp n. 1.790.976/RJ, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 8/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.767.744/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 3/4/2019; AgInt no AREsp n. 758.191/RS, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 4/10/2017; AgRg no REsp n. 1.418.878/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 24/8/2016; e AgRg no REsp n. 1.594.909/SC, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 5/12/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente